

HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão**. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papyrus, 1996. 340 p.

Eric Havelock (1903-1988), falecido como professor emérito da Universidade de Yale, é um grande estudioso da cultura helênica. Pena que seus escritos tenham chegado até nós, na nossa língua, com considerável atraso. A obra em apreço, por exemplo, foi publicada em 1963 pela Harvard University Press, portanto, há mais de três décadas. Mas, como diz o provérbio, antes tarde do que nunca.

Uma primeira observação deve ser formulada a partir do título. *Prefácio*, para muitos, é um texto descartável, cuja leitura pode muito bem ser dispensada. Entretanto, se voltarmos à raiz latina, o verbo *praefor-praefari*, que significa falar previamente, tem grande sentido. Razão por que os prefácios de Kant e de Hegel a algumas de suas obras são de leitura indispensável. Portanto, para voltarmos às origens, o título sugere um *começar a falar* sobre Platão. O que, evidentemente, implica grande conhecimento *de quem* se fala. É a partir daí que podemos, então, levantar alguns aspectos do pensamento do autor.

A pergunta de Havelock é complexa. Como imaginar um Platão que, sendo tão próximo das belas letras e das belas artes, bem como dos recursos múltiplos que sua utilização implica, mesmo assim, é capaz de banir a poesia da cidade ideal? O autor deixa claro que, para compreender isso, é preciso deixar de lado duas tendências. A primeira fundamenta-se na enraizada tradição que considera a **República** um livro de filosofia política. É preciso lembrar que o tema dominante na obra é a questão da *paidéia*, ou seja, da educação necessária para a plena realização da justiça. A segunda refere-se à velha tentativa de “salvar Platão”, ou seja, relativizar a severidade com que ele trata a poesia e os poetas nos seus escritos. É preciso admitir sem rodeios que ele ataca a forma e a essência do discurso poético. Aliás, na p. 26, há um retrato que nos lembra o gnóstico Marcião, rejeitando todo o Antigo Testamento: “A posição de Platão não muito diferente, em suma, daqueles que defenderam uma revisão semelhante do Velho Testamento para leitores jovens, exceto pelo fato de que, sendo a mitologia grega o que era, suas propostas precisavam ser mais drásticas”.

É elucidativa a explanação do cap. 2, que vai discorrer sobre os sentidos diversos da *mimesis*, concluindo com o sentido que é o ponto mais combatido

por Platão: “Ela é agora o nome da identificação pessoal ativa mediante a qual o público estabelece uma empatia com a representação. É o nome da nossa submissão à sedução” (p. 43).

Para Havelock, entre a poesia épica de Homero e os diálogos de Platão, há a passagem do estado da oralidade para o estágio da civilização da escrita. Isto constitui-se numa verdadeira revolução cultural, cujos desdobramentos ainda não foram suficientemente analisados. Embora os gregos conhecessem o alfabeto desde 700 a. C., no tempo de Platão, a forma de conservação e transmissão da cultura permanecia predominantemente oral. Desse modo, procura ler Platão a partir da **República**, considerando a obra como um ataque ao aparato educacional vigente em Atenas, estruturada na contribuição dos poetas.

Várias vezes Platão apontou suas armas contra os poetas. Mas o **locus** principal, onde seus argumentos se referem à natureza da poesia propriamente e, conseqüentemente, onde sua crítica é mais explícita e radical, é a **República**, especialmente os livros 2, 3 e 5. Além disso, o livro 10 inicia-se com a exigência de se rejeitar toda forma de poesia *mimética* (a épica e a tragédia, sendo que a lírica é mencionada depois). Aqui, a poesia não é apenas discutida, como censurada. Os poetas possuíam formas orais de armazenamento e transmissão da cultura. A informação digna de ser conservada é confiada à memória através de fórmulas mnemônicas das quais o poeta detém o segredo. Daí a fácil conservação dos versos na memória, com suas formas rítmicas que só os cultores da poesia poderiam fazer. É contra esses formidáveis inimigos que Platão dirige suas armas. Senhores da *paidéia* e monopolizadores do *paideuma* grego, apresentam um discurso fascinante, sensorialmente envolvente, reiterando a tradição. É preciso buscar um novo discurso. Lógico, não analógico. Prosaico, analítico, não mimético. Só quando essa espécie de memória tribal alimentada pelo processo poético oral, características da *opinião* (**doxa**), for banida, então é que o *verdadeiro conhecimento* (**episteme**) será atingido (cf. O cap. 10: “O conteúdo e a característica do enunciado poético”, p. 183-210).

Platão não está sozinho em seus ataques aos poetas. Heráclito já havia dito: “Homero merecia ser expulso das competições e açoitado, assim como Arquíloco” (DK 42). Ataque semelhante havia sido feito por Xenófanes de Cólofon (DK 11). Por isso mesmo, o autor da **República**, citando remoques correntes em sua época, afirma que “é antiga a discórdia entre a filosofia e a poesia” (10, 607b).

Entre os admiradores de Platão, surgiram aqueles que tentaram suavizar os argumentos do filósofo. Nesse caso, o ataque seria contra a “má poesia”, visto que da “boa poesia” o próprio autor era um praticante. Os diálogos seriam

composições “miméticas”, recomendados nas **Leis** (811c), como um tipo de composição que deveria substituir a poesia. Outros há que vêem nessa crítica uma herança socrática, especialmente na decantada forma da ironia, configurando, assim, um pensamento não propriamente original de Platão.

Havelock procura demonstrar a atitude drástica do filósofo para com a poesia. Ou seja, a disposição mental oral era um terrível obstáculo aos padrões de racionalidade impostos pelo platonismo. A filosofia nascente pressupunha um sujeito que pensa, logo, capacitado para conhecer e um corpo de conhecimento que é pensado e conhecido. Para garantir sobrevivência a ambos, é preciso destruir o hábito imemorial de auto-identificação com a tradição oral. Assim, o ataque de Platão à poesia é parte integrante de sua própria filosofia. Isto se virmos a poesia do mesmo modo com que o filósofo a encarava, para que anacronismos indesejáveis não venham possibilitar conclusões falsas. Por isso, Bruno Gentili afirma que Havelock “oferece uma insubstituível chave interpretativa não somente da época homérica, mas também do pensamento de Platão”.

Mas o que permanece é exatamente aquele Platão que não se prendeu a modelos nem fez-se prisioneiro de seu próprio pensamento. É o pensador que escapa a toda e qualquer redução. Crítico rigoroso da arte poética, é verdade, mas, como não ver em passagens de seus diálogos poemas de excelente qualidade? Crítico mordaz da linguagem escrita, contudo, sobressaindo ele próprio como um dos mais criativos escritores. Levantava problemas, mas jamais se sentiu na obrigação de solucioná-los, razão por que seus diálogos possuem um caráter *aporético*. Resolver o problema seria “matar” o problema, como se “mata” uma charada. Nesse caso, lembramos o exemplo do livrinho de palavras cruzadas. O instigante está em você preencher corretamente os quadrinhos com as letras apropriadas, conforme as sugestões indicadas. Quem chegaria a uma banca de jornal, comprando livrinhos de palavras cruzadas, cujos problemas já estivessem todos resolvidos?

É evidente que a interpretação de Havelock associa a obra de Platão ao texto escrito, sustentando que a origem da filosofia não deve ser pensada como a passagem do mito à razão, mas como substituição do oral pelo escrito. Tal tese é discutível hoje, especialmente após a contribuição dos pesquisadores da escola de Tubinga, que vão enfatizar justamente as “doutrinas não escritas” (*dogmata agrafa*) do filósofo. Sobre esse assunto, recomendamos o livro de Giovanni Reale, recentemente traduzido para a nossa língua e publicada pelas Edições Loyola: **Para uma nova interpretação de Platão**. Tradução de Marcelo Perine, 1997).

A edição é boa, conservando os caracteres gregos, embora misture alguns deles. Por exemplo, o ρ (ro) é grafado como se fosse um Q (maiúsculo), em dimensão menor. A transliteração, forma adotada em muitos textos acadêmicos, pode facilitar a leitura para aqueles que não são iniciados na língua grega, mas, para uma edição bem cuidada, é sempre bom preservar os caracteres originais. A parte final é reservada aos índices dos autores, sendo que um, sob a epígrafe *índice geral*, só remete a autores e personagens gregos e outro, com o título *autores modernos*, indica, evidentemente, aquilo que se pretende. A separação é boa, facilitando a utilização. Melhor ainda seria que o índice fosse não apenas de autores ou personagens, mas também dividido em assuntos. Enfim, o conhecido *índice remissivo*.

Paulo de Góes